

SIDNEY CHALHOUB

VISÕES DA LIBERDADE

*Uma história das últimas
décadas da escravidão na Corte*



Copyright © 1990 by Sidney Chalhoub

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Juliane Kaori

Larissa Lino Barbosa

Atualização ortográfica

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chalhoub, Sidney

Visões da liberdade : uma história das últimas décadas da escravidão na Corte / Sidney Chalhoub. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

ISBN 978-85-359-1922-6

1. Escravidão — Brasil — História 2. Escravidão — Brasil — Rio de Janeiro (RJ) 1. Título.

CDD-326.0981

11-06788

-326.0981531

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Escravidão : História : Ciência política 326.0981
2. Brasil : Escravidão e emancipação : Ciência política 326.0981
3. Rio de Janeiro : Cidade : Escravidão : História : Ciência política 326.0981531

2011

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORIA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Para meus pais, Nabih e Ermelinda: por tudo.

*Para meus avós, Norival e Ilka: porque suas histórias sempre
embalaram meu interesse pela história.*

SUMÁRIO

Agradecimentos 9

Introdução: Zadig e a história 12

1. Negócios da escravidão 32

Inquérito sobre uma sublevação de escravos 32

Ficções do direito e da história 39

Veludo e os negócios da escravidão 50

Negócios pelo avesso 56

Castigos e aventuras: as vidas de Bráulio e Serafim 63

Os irmãos Carlos e Ciríaco: mais confusão na loja de
Veludo 82

Epílogo 96

Anexo: Bonifácio e outros escravos 99

2. Visões da liberdade 116

BONS DIAS! 116

Vida de peteca: entre a propriedade e a liberdade 125

Sedutores e avarentos 133

Charadas escravistas 151

Atos solenes 162

Cenas do cotidiano 178

1871: as prostitutas e o significado da lei 189

O retorno inglório de José Moreira Veludo 201

3. Cenas da cidade negra 218

De Bonifácio a Pancrácio: a conclusão do capítulo
anterior 218

Um “objeto” gravíssimo: “a segurança a segurança” 232

“Profundo abalo na nossa sociedade” 248

A cidade-esconderijo 265

O esconderijo na cidade: os cortiços e a liberdade 292

Epílogo: A despedida de Zadig, e breves considerações
sobre o centenário da Abolição 314

Notas 320

Fontes e bibliografia 346

Sobre o autor 359

1. NEGÓCIOS DA ESCRAVIDÃO

INQUÉRITO SOBRE UMA SUBLEVAÇÃO DE ESCRAVOS

Era o Ano do Nascimento de Nossa Senhor Jesus Cristo de 1872, aos 17 de março do dito ano, nesta Corte. Os escravos que se encontravam na casa de comissões de propriedade de José Moreira Veludo haviam acabado de jantar. O negociante descera ao dormitório dos negros com o intuito de fazer curativos num seu escravo de nome Tomé, que estava em tratamento havia vários dias. Liderados por um mulato baiano de nome Bonifácio, mais de vinte dos cerca de cinquenta escravos que aguardavam compradores na loja de Veludo avançaram sobre o negociante e lhe “meteram a lenha”. O preto Marcos arrancou a palmatória das mãos de Tomé para esbordoar Veludo; o crioulo Constâncio usou um pau curto que trazia; vários outros se serviram de achas de lenha que haviam escondido debaixo de suas tarimbas especialmente para a ocasião.¹

O comerciante estava cercado de negros e apanhava para valer quando um caixeiro da casa de comissões de nome Justo armou-se de um pau comprido, convocou o auxílio do guarda-livros e partiu em socorro do patrão. Os dois rapazes conseguiram arrombar a cancela e, com a ajuda de Tomé, arrastaram Veludo para fora. O comerciante ficou bastante ferido e os negros permaneceram agitados, mas aparentemente não ocorreu uma tentativa coletiva de fuga. De qualquer forma, uma pequena operação de guerra foi montada para a prisão dos escravos. O subdelegado de Santa Rita pediu a presença de uma tropa de fuzileiros navais e organizou o cerco à loja da rua dos Ourives, tendo comparecido ainda ao local o primeiro delegado, o comandante dos guardas urbanos, um capitão e

um major.² Os autos do inquérito policial aberto pelo subdelegado trazem os depoimentos de 24 escravos.

O crioulo Constâncio, escravo de Guilherme Teles Ribeiro, natural da província do Rio de Janeiro, de 22 anos presumíveis, solteiro, analfabeto, carroceiro, filho de Silvestre e de Isabel, oferece uma versão bastante detalhada dos acontecimentos na subdelegacia:

[...] que há cinco meses está em casa de José Moreira Veludo para ser vendido e que logo que aí chegou os outros escravos começaram a falar que era preciso *darem pancadas* em Veludo porque era muito mau e que só assim sairiam do poder dele; que ontem Bonifácio crioulo convidou ao interrogado para unir-se a ele e aos outros companheiros para matarem a Veludo e o interrogado concordou isso devia ter lugar na hora em que Veludo descesse para curar o preto Tomé; que hoje à tarde estando Veludo curando tal preto, seguiu para o lugar em que ele estava o preto Bonifácio e estando o interrogado no quintal ouviu barulho de bordoadas e gritos de Veludo então para lá correu e viu Veludo caído no chão e muitos dos acusados dando-lhe bordoadas, entre os quais o preto Marcos que dava com uma palmatória dando-lhe pela cabeça e pelo corpo; então servindo-se o interrogado de um pau curto que consigo levava deu em Veludo duas cacetadas no pescoço e nessa ocasião intervindo o caixeiro a favor de Veludo, deu-lhe o interrogado duas cacetadas e depois fugiu para o quintal onde foi preso [A 102; grifo no original].

O relato de Constâncio impressiona primeiramente pela minúcia com que o plano de ataque a Veludo foi concebido e executado. Tudo foi pensado com bastante antecedência e envolvia um grande número de escravos, porém o sigilo pôde ser mantido e o comerciante foi surpreendido com a agressão. Há ainda sutilezas no plano que não aparecem no depoimento de Constâncio. Estava combinado que alguns escravos que fica-

riam no quintal iriam derrubar um muro para provocar a repreensão de Veludo e justificar o início da pancadaria. Este muro derrubado iria servir também para a fuga em direção à subdelegacia após o episódio, sendo que pelo menos o crioulo Gonçalo tinha a surpreendente esperança de alcançar a liberdade assentando praça (A 104). Não fica bem claro nos depoimentos se o muro afinal foi ou não para o chão, mas sabemos que os negros “fizeram sangue” ou “meteram a lenha” na vítima na ocasião prevista e com os instrumentos guardados especialmente para o evento: tudo aconteceu quando Veludo foi tratar da perna de Tomé, e a maioria dos escravos usou as achas de lenha que traziam escondidas. Segundo vários depoimentos, o crioulo Bonifácio se encarregou de dar o sinal do ataque e a primeira pancada.³ Houve ainda o cuidado de evitar que escravos suspeitos de fidelidade a Veludo, como o próprio Tomé e o crioulo Jacinto, percebessem o que estava por acontecer (A 107, A 105).

Tanta precisão e competência na concepção e execução do plano é acompanhada de justificativas igualmente consistentes. Como vimos, para Constâncio o negociante era “muito mau” e era preciso “sair do poder dele”, enquanto Filomeno queria participar da combinação porque “já havia apanhado”. Há outros escravos que atribuem o remédio radical que resolveram aplicar contra Veludo ao rigor do tratamento que o negociante dispensava às “peças” que estavam à venda no seu estabelecimento. Mas não é essa a única justificativa que os cativos apresentam para os seus atos, nem parece ser esse o móvel essencial da decisão de surrar aquele homem de negócios da Corte. Podemos dar a palavra ao mulato Bonifácio, baiano de Santo Amaro, 35 anos presumíveis, analfabeto, ganhador, filho de Benta e Manoel, e identificado em vários depoimentos como um dos cabeças do movimento:

[...] que estando em casa de José Moreira Veludo para ser vendido foi influído por todos os outros acusados acima mencionados para entrar com eles na combinação que fizeram para esbordoar Veludo e fazer sangue nele, o que,

queriam os outros fazer para não seguirem para uma fazenda para onde tinham de ir a mandado de um negociante de escravos por nome Bastos que já os tinha escolhidos [sic]; tendo o interrogado raiva de seu Senhor por dar-lhe palmo-toadas entrou na combinação que já estava acertada a mais [sic] de oito dias [A 99].

Apesar de afirmar em seu depoimento que foi “influído” pelos outros negros na sua decisão de participar da agressão a Veludo, Bonifácio prossegue descrevendo com detalhes as ações e confessa que partiu na linha de frente ao lado do pardo Francisco, também baiano, sendo que fora ele Bonifácio quem dera as primeiras cacetadas. Ele justifica sua atuação no movimento pela “raiva” que tinha do comerciante, mas explica que os outros foram movidos pela recusa em serem vendidos para uma fazenda de café. O crioulo cearense Gonçalo, por exemplo, disse que

tendo ido anteontem para a casa de Veludo para ser vendido foi convidado por Filomeno, e outros para se associar com eles para matarem Veludo para não irem para a Fazenda de Café para onde tinham sido vendidos [A 102];

explicação semelhante é oferecida por Francisco, Filomeno, Joaquim, Benedito e Juvêncio. Há escravos que manifestam ainda a intenção de “irem para a polícia” após darem as bordoadas.⁴ Nas declarações dos escravos, portanto, o que parece estar em jogo não é uma fuga coletiva, uma tentativa desses negros de escapar de sua condição de cativos, e sim a afirmação de que se negavam radicalmente a serem vendidos para o interior. Para esses homens, a prisão parecia um mal menor do que a escravidão nas fazendas de café.

Todo o episódio sugere, na verdade, que o atentado contra Veludo havia sido o último recurso disponível a esses negros para influenciarem o rumo que tomariam suas vidas dali por diante. Um exame da lista dos vinte escravos que acabam sendo

incriminados pelo relatório do delegado revela que treze deles eram baianos e tinham chegado do norte havia poucas semanas para serem vendidos (A 113-5). Nota-se também que entre esses baianos três eram propriedade de Francisco Camões — entre eles o crioulo Bonifácio —, outros três eram escravos de José Leone, mais três eram escravos de Emiliano Moreira, e havia ainda dois que pertenciam a Vicente Faria. Ou seja, o mínimo que é lícito imaginar é que esse lote de negros continha pequenos grupos de cativos que já se conheciam há tempos por terem sido propriedade do mesmo senhor. Essa circunstância talvez ajude a explicar o entrosamento e o sigilo conseguidos no movimento, sendo possível que existissem laços de solidariedade ou parentesco entre esses negros que os motivassem à ação. Seja qual for o sentimento de solidariedade que esses escravos tnham experimentado entre si, o fato é que reagiram a uma situação na qual não lhes fora deixado qualquer espaço de manobra. Como veremos detalhadamente mais adiante, era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda. Essas pressões ou negociações poderiam ter formas e intensidades diferentes dependendo de cada situação específica. É provável, contudo, que tal espaço de manobra fosse reduzido quase à nulidade quando o senhor encarregava um comerciante de escravos de realizar a venda. Bonifácio e seus companheiros vieram da Bahia e de outras províncias do norte para serem vendidos por um negociante próspero da Corte. Estava criada uma situação sobre a qual os negros pareciam não ter qualquer controle, e isto explica de certa forma a atitude drástica tomada contra Veludo.

Não há no episódio, no entanto, um alinhamento ou uma solidariedade automática dos escravos contra o comerciante. Os depoimentos mostram que o movimento foi tecido pacientemente entre os negros, com Bonifácio, Filomeno e outros conversando e procurando o engajamento de todos: o crioulo João contou que foi convidado por Filomeno, Bartolomeu e Marcos (A 105); Constâncio foi convencido por Bonifácio (A 102); Gonçalo também foi atraído por Filomeno (A 104). Enfim, houve

muito papo antes da ação, e foi preciso ter uma percepção mais ou menos clara de que não era possível atingir a todos. Alguns negros tentam diminuir sua culpa no inquérito afirmando que, apesar de saberem do plano, não participaram no espancamento da vítima.⁵ Mas o preto Tomé, escravo fiel de Veludo, e o maranhense Odorico, que se achava na loja para ser vendido, não pareciam suspeitar de nada, e ainda declararam que lutaram contra seus parceiros para livrarem o abastado comerciante português dos apuros nos quais se encontrava. E há ainda o crioulo Jacinto: ele disse

que não soube de combinação alguma feita entre os pretos da casa de Veludo para matarem a este, porque se soubesse teria contado ao preto Tomé para este contar ao Senhor [A 105].

Não é possível saber quem está narrando aquilo que acha que realmente viu acontecer e quem está conscientemente torcendo os fatos no sentido de atingir determinados resultados. De qualquer forma, a história vai se complicando, e de repente podemos nos deparar com “armações” — algumas absurdamente cômicas, outras dramáticas — que nos lançam no bojo mesmo das tramas e experiências de personagens de um outro tempo. Veludo ficou com várias contusões na cabeça e pelo corpo, sendo seus ferimentos considerados graves pelos médicos (A 99); no entanto, é a própria vítima quem contrata um advogado para defender seus agressores (A 109). Na denúncia, em 2 de abril de 1872, o promotor público havia enquadrado os escravos na lei de 10 de junho de 1835, o que os tornava sujeitos à pena de morte caso fossem condenados no júri popular (A 109). Isto é, havia um risco de perda total para o dono da casa de comissões. Muitos contos de réis estavam em jogo, e Veludo age rápido: no dia 15 de abril, portanto quase um mês após a agressão, ele entra com uma petição na qual explica que “dois ou três escravos” lhe haviam ferido levemente, e solicita um exame de sanidade para comprovar sua afirmação. Os médicos fizeram um novo exame, porém concluíram que os ferimentos haviam

sido graves mesmo, sendo que o paciente ainda necessitava de uns dez dias para ficar recuperado (A 111).

O juiz de direito encarregado da pronúncia achou que a lei de 10 de junho de 1835 não era aplicável, classificou o crime como ofensas físicas graves e não como tentativa de morte, e julgou procedente a denúncia apenas contra sete dos vinte acusados. Veludo deve ter ficado aliviado, e dias depois entrou com uma petição solicitando alvará de soltura para os réus que não haviam sido pronunciados. Pelo menos a maior parte do capital já não corria mais perigo. A estratégia da defesa para conseguir esse resultado foi simples: por um lado, houve uma certa orquestração dos depoimentos do sumário, em que negociantes vizinhos de Veludo e mais o caixeiro e o guarda-livros deste declararam unanimemente que não podiam dizer “quais foram os pretos entre os acusados que tomaram parte no conflito” (A 110); por outro lado, há a tentativa previsível de destituir esses negros escravos de quaisquer resquícios de consciência ou racionalidade. O advogado de defesa argumenta que

milita em seu favor mais de uma circunstância, e especialmente o embrutecimento de seus espíritos e falta absoluta de educação; — males que são provenientes de sua forçada condição de escravos, e que, embotando-lhes a consciência do mérito e do demérito, lhes diminui consideravelmente a responsabilidade moral e a imputabilidade [A 111].

É curioso notar que os escudeiros de Veludo não conseguem tampouco uma articulação perfeita. Apesar de ter permanecido fiel a seu senhor durante todo o tempo — declarando tanto no inquérito quanto no sumário que havia lutado contra os seus companheiros de cativeiro —, Tomé acabou sendo uma pedra no sapato do advogado de defesa. O negro permaneceu fiel a seu senhor, mas dentro de sua própria racionalidade. Ao contrário do que gostaria de ouvir o advogado contratado por Veludo, Tomé afirma sempre que haviam sido muitos os agressores de seu senhor, que ficara caído no chão após as pancadas

de Bonifácio, Francisco e Marcos, sendo que “já nessa ocasião havia um grande grupo de pretos todos armados de paus em redor de seu senhor”. Além dos três parceiros mencionados, o preto cita ainda os nomes de Lúcio e Constâncio. O advogado procura contestar as declarações de Tomé utilizando-se da própria hostilidade que os outros escravos pareciam demonstrar contra ele:

E pelo curador foi contestado dizendo que não é exata a informação, porque o informante declara que não tinha convivência com seus parceiros que não gostavam dele.

O preto sustentou suas declarações (A 110).

A última cena dessa história ocorreu em 16 de julho de 1872. O júri popular entendeu que Francisco e Filomeno eram inocentes, e Veludo conseguiu assim salvar mais alguns de seus milréis. Bonifácio, Luiz, Marcos, Constâncio e João de Deus foram condenados a “cem açoites, trazendo depois de os sofrer um ferro ao pescoço por seis meses”. O crioulo Bonifácio, um desses escravos de “espírito embrutecido”, como julgava o próprio bachelar encarregado de sua defesa, admitiu abertamente no júri que dera as pancadas na vítima, utilizando para isso uma acha de lenha. Ele explicou mais uma vez que havia surrado Veludo porque este “estava para lhe pegar”. Numa última tentativa de livrar seus companheiros dos ferros e açoites que estavam fatalmente por vir, Bonifácio declarou ainda que as bordoadas haviam sido dadas “por ele só, e que não viu mais ninguém dar”. Dias depois, o negociante pediu a soltura dos dois escravos absolvidos, anexando os documentos que comprovavam que os ditos negros lhe haviam sido entregues para serem vendidos (A 112).

FICÇÕES DO DIREITO E DA HISTÓRIA

Meu primeiro encontro com a história de Veludo e Bonifácio ocorreu no arquivo abafado e poeirento do Primeiro Tribu-

nal do Júri da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, pude ler a notícia sobre a “sublevação” liderada por Bonifácio no *Jornal do Commercio* do dia 18 de março de 1872. Encontrei Veludo acidentalmente outras vezes, e acabei decidindo perseguir suas pegadas em fontes e momentos diversos. Como o leitor verá, o negociante nos acompanhará em todo o trajeto deste primeiro capítulo. A opção em perseguir Veludo foi na verdade uma estratégia para ir ao encontro de outros “Bonifácios”, pois fiquei interessado em entender melhor as atitudes e os sentimentos de escravos que estavam na iminência de serem negociados.

Para o leitor de hoje em dia, a possibilidade de homens e mulheres serem comprados e vendidos como uma outra mercadoria qualquer deve ser algo, no mínimo, difícil de conceber. A primeira sensação pode ser de simples repugnância, passando em seguida para a denúncia de um passado marcado por arbitrariedades desse tipo. Com efeito, um pouco de intimidade com os arquivos da escravidão revela de chofre ao pesquisador que ele está lidando com uma realidade social extremamente violenta: são encontros cotidianos com negros espancados e supliciados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados em seus constantes esforços para a obtenção da liberdade, com escravos que tentam a fuga na esperança de conseguirem retornar à sua terra natal. As histórias são muitas e seria preciso uma dose inacreditável de insensibilidade e anestesia mental para não perceber aí muito sofrimento. O mito do caráter benevolente ou não violento da escravidão no Brasil já foi sobejamente demolido pela produção acadêmica das décadas de 1960 e 1970 e, no momento em que escrevo, não vejo no horizonte ninguém minimamente competente no assunto que queira argumentar o contrário.

A constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante, mas a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica. Podemos, por exemplo, fazer uma breve história de um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo.